

23 NOV 1983

Tudo resolvido?

JORNAL DO BRASIL

Dívida externa

Barbosa Lima Sobrinho

Aaprovação do Decreto-Lei 2.065 terá resolvido definitivamente o problema de nossa dívida externa? Confesso que tenho minhas dúvidas. Mas reconheço que o Decreto teve o mérito de acabar, de vez, com os prognósticos terroristas dos que admitiam consequências catastróficas para a sua rejeição. Não faltou quem nos procurasse intimidar com ameaças apocalípticas. Para eles, o Brasil estava em vias de se atirar na cratera de um vulcão.

Aprovado o Decreto, é como se houvesse passado a tempestade, embora me pareça que só o Fundo Monetário Internacional tenha o direito de cantar vitória. O Brasil não fez mais do que andar a reboque, com uma indiferença de robô. O nosso Ministro do Planejamento sempre achou que o Fundo tinha razão e, se chegou a ter alguma resistência, a verdade é que soube ocultá-la do povo brasileiro. Não faltou nunca o apoio do Governo do Brasil, que parece ter assinado de cruz tudo o que o FMI desejava, ou impunha. Aí está a demonstração concludente do prestígio do Ministro do Planejamento com o knock-out do Ministro da Previdência, que revelou não possuir estômago para digerir as estatísticas do Sr. Delfim Neto.

Não é de hoje que o Brasil não dá um passo, sem antes pedir licença ao Fundo Monetário Internacional. Seria o caso de perguntar a quem favorece tanta obediência. Tudo está pior agora do que antes da chegada dos economistas daquela entidade. A inflação aumentou. O custo de vida subiu não sei quantos pontos. E o que ninguém entende é que, para o FMI, só os salários são inflacionários. Não é inflacionário o aumento do preço dos combustíveis. Não é inflacionária a depreciação semanal do miserável cruzeiro, em face do dólar onipotente. Não é inflacionária a emissão ininterrupta das Obrigações do Tesouro e do papel-moeda inconversível, com o retrato do Marechal Castelo Branco valendo cada vez menos. Mas o salário, num país em que o nível de vida pode rivalizar com os ganhos da mendicância, é terrivelmente inflacionário. Até parece que aqui, como em todos os outros lugares, a preocupação do FMI é impopularizar os governantes que o convocam, para ver se assim o deixam em paz.

Ainda bem que, no episódio atual, ficou de lado o regime do monólogo total, inaugurado em 1964, e resolveu-se convocar outros interlocutores para um debate em torno da situação do acordo monetário. Mas tudo moderadamente. Nada de muita discussão, limitando-se, por isso, o diálogo ao próprio partido do Governo. Verdade que o Presidente João Figueiredo há muito estendeu a mão aos adversários. Mas, como o braço é curto, não foi além dos seus correligionários. Até mesmo o PTB não teve acesso aos entendimentos. Ficou do lado de fora, para dizer se aprovava, ou não, o fato consumado, uma vez que se contentava com algumas promessas, que talvez não sejam senão promessas. No domínio dos acordos comutativos, não faltam, muitas vezes, os que se contentam com promessas. Depois de um serviço tão importante, não seria o caso de preencher o primeiro Ministério que vagasse com algum correligionário da Sra Ivete Vargas?

Um debate restrito aos amigos e aos simpatizantes não basta para constituir diálogo. Continua, pois, o processo dos monólogos. E vem sendo sempre assim. O modelo econômico adotado no Brasil vem caindo aos pedaços, arrastando o País à pior crise que ele teve que enfrentar talvez em todo o período de sua história. O insucesso seria bastante, para que se voltasse a discutir todas as teses do momento. O Brasil possui economistas fora dos quadros oficiais. Pois não seria o caso de convocar todos eles para um debate em profundidade, que valesse para esclarecer a própria

opinião pública? Ou será que o quadro se resume ao grupo do Sr Delfim Neto e aos especialistas do Fundo Monetário Internacional? Não se está distribuindo diplomas de incompetência a tantos e tão numerosos especialistas de mérito?

Não seria o caso, por exemplo, de debater com os economistas dissidentes do modelo adotado? Censura-se tanto a União Soviética, pelo fato de não respeitar os seus dissidentes. Mas não dá no mesmo o deixá-los à margem das decisões oficiais? Não comprehendo, por exemplo, que não seja convocado o Sr Celso Furtado para um debate amplo, quando ele, sem dúvida, é a figura mais importante do nosso quadro de economistas. Basta ver as cátedras que tem ocupado no exterior, nas mais respeitadas universidades europeias, ou americanas.

E o Sr Celso Furtado está longe de ser um facioso. Tem a serenidade de quem julga as soluções com a única preocupação de encontrar a melhor. As injustiças sofridas em tão largo tempo não criaram, no seu espírito, qualquer ressentimento. Seus pronunciamentos são aulas, sua atitude é sempre impensoal, sua linguagem é a do saber, nunca a da paixão. Por isso, na sua palavra, é pequeno o lugar para as críticas, enquanto se amplia o espaço reservado ao estudo das soluções.

Não seria o caso de ouvi-lo, de meditar as suas palavras, de analisar as suas propostas? Isso, sim, é que teria o direito de se denominar diálogo, e não um regime fechado, praticamente ditatorial, em que os vocábulos surgem desdenhosos, não raro chocarreiros, parecendo mais usados do que ciência. Continuamos num regime de monólogos, em que as divergências ficam sempre ao alcance de pseudônimos, quando não de vagos heterônimos.

E o que mais nos assusta é que se repete que tudo está resolvido, numa situação em que, na verdade, tudo está para resolver. Que são esses dólares prometidos? Começa que não virão para o Brasil. Todos eles ficarão no estrangeiro, para saldar atrasados comerciais, ou para pagar juros de empréstimos vencidos. E qual é a função deles senão aumentar nossas dívidas no exterior? Se não temos condições para atender a uma dívida de 100 bilhões, será solução elevá-la a 110 bilhões? Não estamos aumentando dificuldades, em vez de reduzi-las?

Tudo para resolver um problema de hoje, agravando os problemas do amanhã. E não é outro o modelo econômico adotado no Brasil, o modelo do imediatismo. O amanhã não importa a ninguém. É uma política sem futuro, de quem, pulando hoje uma fogueira, pouco se importará que amanhã venha o dilúvio. E enchemos a boca com os bilhões de dólares das operações, como se esses bilhões fossem lucros, e não dívidas, e dívidas que terão que ser resgatadas. Como se todo o Brasil estivesse entregue às mãos de um novo Ministério, o Ministério da Imprevidência.

Por isso já existe quem insinue que os credores não estão pensando tanto em juros e amortização, mas na entrega das ações do Governo na Petrobrás ou na Companhia do Vale do Rio Doce. Uma revista americana já teve o cuidado de levantar a suspeita, que acaba de ser apresentada num importante artigo do Professor Rogério Cerqueira Leite, que pertence ao Conselho Editorial da Folha de S. Paulo, o que significaria que se desejaría aproveitar o momento e a situação de insolvência, em que se debate o nosso País, para um vasto programa de espoliação, com a transferência, para os credores, de nossas maiores riquezas. Será que o Brasil receberia tudo isso com a mesma passividade, com que vem aceitando programas alheios, apresentados como cartas de intenções do próprio Brasil?